



Bradesco
Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco". Atualmente possui 3.537 grupos de consórcios em andamento, com mais de 1.127 milhão de cotas ativas, 822 mil bens entregues e uma carteira total de crédito (contemplado e não contemplado) superior a R\$ 46,5 bilhões.

No semestre, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 385,7 milhões, correspondente a R\$ 296,71 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 2,7 bilhões, Ativos Totais de R\$ 3 bilhões e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 536 milhões, com crescimento 8,7% em relação ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	30.6.2015	31.12.2014	PASSIVO	30.6.2015	31.12.2014
CIRCULANTE	2.197.141	1.877.698	CIRCULANTE	375.565	393.273
DISPONIBILIDADES (Nota 5)	3	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	375.565	393.273
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Sociais e Estatutárias	3.664	5.861
DERIVATIVOS (Nota 7)	2.151.965	1.821.989	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	134.933	194.077
Carteira Própria	2.151.965	1.821.989	Diversas (Nota 13b)	236.968	193.335
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	45.122	55.675			
Créditos Específicos	6.146	4.616	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.598	2.312
Diversos	38.976	51.059	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.598	2.312
OUTROS VALORES E BENS	51	34	Diversas (Nota 13b)	2.598	2.312
Despesas Antecipadas	51	34			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	838.575	791.614	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	2.700.193	2.318.132
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	831.867	784.620	Capital:		
Aplicações no Mercado Aberto	831.867	784.620	- De Domiciliados no País	1.300.000	940.000
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	6.684	6.975	Reservas de Lucros	1.400.193	1.378.132
Diversos	6.684	6.975			
OUTROS VALORES E BENS	24	19			
Despesas Antecipadas	24	19			
PERMANENTE	42.640	44.405			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	201	201			
Outros Investimentos	312	312			
Provisões para Perdas	(111)	(111)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	525	652			
Outras Imobilizações de Uso	3.841	3.899			
Depreciações Acumuladas	(3.316)	(3.247)			
INTANGÍVEL (Nota 11)	41.914	43.552			
Ativos Intangíveis	55.824	53.404			
Amortização Acumulada	(13.910)	(9.852)			
TOTAL	3.078.356	2.713.717	TOTAL	3.078.356	2.713.717

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	1º Semestre 2015	2º Semestre 2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	154.343	125.028
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7c)	154.343	125.028
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	154.343	125.028
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	401.075	340.088
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	536.039	493.240
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(9.982)	(10.107)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(20.971)	(22.559)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(61.554)	(57.077)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	935	789
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(43.392)	(64.198)
RESULTADO OPERACIONAL	555.418	465.116
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	27.198	27.692
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	582.616	492.808
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(196.891)	(165.221)
LUCRO LÍQUIDO	385.725	327.587
Número de cotas (Notas 14a e b)	1.300.000.000	940.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	296,71	348,50

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	1º Semestre 2015	2º Semestre 2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	582.616	492.808
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	4.443	4.446
Depreciações e Amortizações	4.209	3.641
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	229	805
Perda na Venda de Imobilizado	5	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	587.059	497.254
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(47.247)	(784.620)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros		
Derivativos	(329.976)	321.154
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	11.055	(17.082)
Aumento em Outras Obrigações	18.089	64.122
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(230.665)	(76.491)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	8.315	4.337
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(44)	(20)
Alienação de Imobilizado de Uso	16	1
Aplicação em Bens Intangíveis	(2.423)	(4.318)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(2.451)	(4.337)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(5.861)	-
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(5.861)	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	3	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 30.6.2014	940.000	38.235	1.015.422	-	1.993.657
Lucro Líquido	-	-	-	327.587	327.587
Destinações: - Reservas	-	16.379	308.096	(324.475)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(3.112)	(3.112)
Saldos em 31.12.2014	940.000	54.614	1.323.518	-	2.318.132
Aumento de Capital com Reservas	360.000	-	(360.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	385.725	385.725
Destinações: - Reservas	-	19.287	362.774	(382.061)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(3.664)	(3.664)
Saldos em 30.6.2015	1.300.000	73.901	1.326.292	-	2.700.193

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	1º Semestre 2015		2º Semestre 2014	
	2015	%	2014	%
1 - RECEITAS	675.123	103,0	582.551	103,9
1.1) Intermediação Financeira	154.343	23,5	125.028	22,3
1.2) Prestação de Serviços	536.039	81,8	493.240	88,0
1.3) Outras	(15.259)	(2,3)	(35.717)	(6,4)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(16.533)	(2,4)	(18.691)	(3,3)
Comunicações	(6.167)	(0,9)	(6.576)	(1,2)
Serviços Técnicos Especializados	(4.897)	(0,7)	(4.150)	(0,7)
Processamento de Dados	(1.508)	(0,2)	(1.469)	(0,3)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.440)	(0,2)	(455)	(0,1)
Viagens	(863)	(0,1)	(766)	(0,1)
Materiais, Água e Energia	(554)	(0,1)	(622)	(0,1)
Transportes	(495)	(0,1)	(546)	(0,1)
Manutenção e Conservação de Bens	(107)	-	(125)	-
Contribuições Filantrópicas	-	-	(3.533)	(0,6)
Outras	(502)	(0,1)	(449)	(0,1)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	658.590	100,6	563.860	100,6
4 - DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(4.209)	(0,6)	(3.641)	(0,6)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	654.381	100,0	560.219	100,0
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	654.381	100,0	560.219	100,0
6.1) Pessoal	7.996	1,2	7.724	1,4
Proventos	3.993	0,6	4.368	0,8
Benefícios	2.681	0,4	2.234	0,4
FGTS	309	-	282	0,1
Outros Encargos	1.013	0,2	840	0,1
6.2) Impostos, Taxas e Contribuições	260.431	39,8	224.681	40,1
Federais	250.468	38,3	215.326	38,4
Municipais	9.963	1,5	9.355	1,7
6.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	229	-	227	-
Aluguéis	229	-	227	-
6.4) Remuneração de Capitais Próprios	385.725	59,0	327.587	58,5
Dividendos	3.664	0,6	3.112	0,6
Lucros Retidos	382.061	58,4	324.475	57,9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Benefícios pós-emprego**

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	623	490
Total	623	490

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	582.616	492.808
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(198.089)	(167.555)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.631)	(7.620)
Outros valores	2.829	9.954
Imposto de renda e contribuição social do período	(196.891)	(165.221)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(197.123)	(165.647)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias.....	232	426
Imposto de renda e contribuição social do período	(196.891)	(165.221)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014		Saldo em 30.6.2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisões fiscais e trabalhistas	30	46	-	76
Provisões cíveis.....	878	186	154	910
Provisão para perda de investimento	41	-	-	41
Outros (1)	604	612	458	758
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 8).....	1.553	844	612	1.785

(1) Refere-se essencialmente à provisão para PLR e premiações.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2015 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	184	66	250
2016.....	440	158	598
2017.....	468	177	645
2018.....	173	68	241
2019.....	38	13	51
Total	1.303	482	1.785

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, em 30.6.2015 monta R\$ 1.682 mil (31.12.2014 - R\$ 1.460 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduziu a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

e) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

f) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

DIRETORIA

Diretor-Presidente	Diretores Vice-Presidentes		Diretor Superintendente	Diretor
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Domingos Figueiredo de Abreu	Josué Augusto Pancini	Octavio de Lazzari Júnior	Maurício Gomes Maciel
	Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente	Maurício Machado de Minas		
	Marco Antonio Rossi	Marcelo de Araújo Noronha		
	Alexandre da Silva Glúher			

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2015 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de

auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2015 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 20 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1